Notas (e um intrÃ³ito) sobre o papel do Estado na economia

13-Apr-2009

NÃ£o partilho o diagnÃ³stico do texto posto em discussÃ£o. Mas concordo com as propostas e junto-me Ã noÃ§Ã£o de que o Estado Ã© central numa agenda de esquerda. Mais do que isso, parece-me que o desafio essencial da esquerda hoje Ã©, justamente, construir uma agenda para a governaÃ§Ã£o pÃºblica. Este texto tem, portanto, a qualidade de nÃ£o fazer da luta polÃ-tica uma simples questÃ£o de luta posicional, assumindo uma atitude de intervenÃ§Ã£o na governabilidade.

Contributo de JosÃ© Reis

HÃ¡ muito que, como economista, penso que o que faz do Estado um actor decisivo na economia Ã© o facto de ele ser a sede principal da formaÃ§Ã£o de "significados e meios colectivos": estabelece consensos, promove prioridades, consolida capital fixo social, define a contratualidade implÃ-cita entre agentes privados e entre estes e a esfera pÃºblica, influencia as formas de organizaÃ§Ã£o da economia e da sociedade. HÃ¡ maneira mais simples de dizer isto: as regras, as normas sociais, a confianÃ§a e a motivaÃ§Ã£o dependem criticamente do Estado.

Acontece, contudo, que sÃ³ defendo o que acabei de dizer porque me parece que, no Estado, hÃ¡ uma irredutÃ-vel dimensÃ£o colectiva e pÃºblica - enfraquecida ou reforÃ§ada pela luta polÃ-tica - e que Ã© nisso que consiste a prÃ³pria natureza da instituiÃ§Ã£o (ou melhor, do conjunto de instituiÃ§Ãµes) a que chamamos Estado.Â Â Â

NÃ£o tenho grandes dÃºvidas a este propÃ³sito: a dimensÃ£o pÃºblica, colectiva, estratÃ©gica, escrutinÃ¡vel do Estado e da acÃ§Ã£o estatal Ã© sempre superior Ã sua eventual dimensÃ£o predadora, perversa. Mais do que isso, aquelas dimensÃµes positivas sÃ£o, elas mesmas, um instrumento da acÃ§Ã£o polÃ-tica de esquerda, tanto quanto um objectivo. Por isso, insisto na visibilizaÃ§Ã£o do que Ã© inerente ao Estado democrÃ¡tico, admitindo que isso faz jÃ¡ parte do propÃ³sito de assegurar o seu reforÃ§o. Sei que hÃ¡ quem nÃ£o pense assim: que hÃ¡ quem privilegie a tambÃ©m indiscutÃ-vel captura do Estado por interesses (colectivos ou privados), quem dÃª prioridade aos ganhos de posiÃ§Ã£o que decorrem da inevitÃ¡vel conflitualidade polÃ-tica interna da esquerda, quem limite a soluÃ§Ã£o ao enunciar o problema.Â

Uso o que acabei de dizer para olhar para o Estado na conjuntura polÃ-tica contemporÃ¢nea em Portugal, assim como para olhar para o papel do Estado perante a crise. Do meu ponto de vista, o grande ensinamento da convulsÃ£o econÃ³mica e polÃ-tica que atravessamos Ã© que a sociedade e a economia nÃ£o funcionam sem uma significativa espessura pÃºblica que lhes dÃª possibilidades de se reconfigurarem atravÃ©s de um capital social acumulado historicamente. Os mercados e a mercantilizaÃ§Ã£o sem limites - exactamente porque privatizam e retiram para o campo individual o que, de outro modo, seria um lubrificante colectivo - Â sÃ£o as raÃ-zes exactas das crises, das desigualdades, do esbatimento das capacidades de sustentaÃ§Ã£o das sociedades. A utopia ordo-liberal da regulaÃ§Ã£o dos mercados e o tratamento cerimonial da

concorrÃªncia sÃ£o o rosto exacto da esquerda mÃ-nima e a medida da sua trajectÃ³ria desordenada para sucessivas soluÃ§Ãµes espÃºrias.

Esse papel de criaÃ§Ã£o de uma espessura capacitante de natureza pÃºblica, colectiva, competente, partilhÃ¡vel e socialmente orientada comeÃ§a, evidentemente, nas grandes Ã¡reas em que o papel provisor do Estado Ã© inamovÃ-vel: escola pÃºblica, saÃºde pÃºblica, seguranÃ§a social pÃºblica, administraÃ§Ã£o pÃºblica. Ã‰ aÃ- que comeÃ§a a construÃ§Ã£o de uma sociedade capaz de se robustecer sistematicamente. Estes sÃ£o domÃ-nios em que o Estado se pode fortalecer a partir de si mesmo, visto que, felizmente, sÃ£o Ã¡reas robustas da acÃ§Ã£o pÃºblica.

Mas hÃ¡, a seguir, Ã¡reas em que se trata de pugnar pelo regresso do Estado. Ã‰ hoje claro quais sÃ£o: sistema bancÃ¡rio e financeiro e gestÃ£o do crÃ©dito, "monopÃ³lios naturais" (energia, Ã¡gua, comunicaÃ§Ãµes, grandes transportes). O balanÃ§o da visÃ£o de que ao Estado cabe criar mercados estÃ¡ hoje a fazer-se sobre cinzas. E talvez isso ajude a ver que as sociedades modernas nÃ£o se capacitam e robustecem sÃ³ atravÃ©s das dimensÃµes estatais ditas "sociais", mas tambÃ©m das que tÃªm uma clara natureza econÃ³mica, configuradora do processo de criaÃ§Ã£o e circulaÃ§Ã£o de riqueza.

Finalmente, parece-me tambÃ©m muito evidente a redobrada importÃ¢ncia dos investimentos que equipam o paÃ-s, criam externalidades positivas e dotam as polÃ-ticas pÃºblicas em que hÃ¡ provisÃ£o directa pelo Estado de condiÃ§Ãµes de eficÃ¡cia e modernidade.

JosÃ© Reis Ã© Professor CatedrÃ¡tico da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e Investigador do Centro de Estudos Sociais (CES)

{easycomments}